



ESTADO DE GOIÁS
GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV
COORDENAÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO E SUPRIMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de assinatura anual do Jornal O Popular, com disponibilização de senhas para acesso virtual ao conteúdo do veículo de comunicação, sendo 02 (duas) para acessos digitais, pelo período de 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Dada sua renomada importância como veículo de comunicação da imprensa goiana, caracterizando assim notória especialização, faz-se mister a contratação de assinaturas do jornal "O Popular", sendo 02 (duas) em versão digital para suprir a necessidade da Goiás Previdência, para municiá-la com informações diárias relevantes de seu interesse, ajudando no acompanhamento de publicações, legislações e resoluções, dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do País, bem como fornecer embasamento para tomada de decisões com maior precisão e agilidade.

2.2 O acesso diário da citada publicação é de fundamental importância para o trabalho desenvolvido pela comunicação setorial, que tem como uma de suas atribuições acompanhar o que é publicado na imprensa goiana sobre as atividades do Governo de Goiás e da Goiás Previdência, ainda eventuais críticas que precisam ser respondidas com celeridade.

2.3 No mercado goiano de veículos de imprensa existem outras publicações periódicas jornalísticas, entretanto é fato que nenhuma delas têm o grau de importância e qualidade semelhantes ao jornal O Popular. Os outros jornais só circulam na região metropolitana ou em municípios próximos à capital Goiânia e não alcançam todos os municípios goianos. Já o jornal O Popular tem alcance em todo o Estado. Além disso, é necessário esclarecer que a equipe técnica do jornal O Popular, que envolve repórteres, fotógrafos, articulistas, diagramadores e editores, é altamente qualificada, com profissionais responsáveis, éticos e que atuam com o intuito de levar informação de qualidade ao leitor.

3. PLANILHA DE QUANTITATIVO E CUSTO ESTIMADO

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	MÉDIA DO VALOR ESTIMADO	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	68894	ASSINATURA DIGITAL ANUAL "O POPULAR" N° DE ACESSOS		2	R\$ 110,80	R\$ 221,60
VALOR TOTAL ESTIMADO:						R\$ 221,60

O valor estimado total para esta contratação é de **R\$ 221,60 (duzentos e vinte e um reais e sessenta centavos)** conforme Proposta Comercial nº 117, emitida em 10 de setembro de 2020.

4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1. Disponibilizar o acesso ao produto em conformidade com o item 3;
- 4.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;
- 4.3. Cumprir com os prazos de entrega determinados neste Termo de Referência;
- 4.4. Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto, nos termos da legislação vigente;
- 4.5. Submeter-se à fiscalização da GOIASPREV, através do setor competente, que acompanhará a entrega dos produtos, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- 4.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na prestação do serviço;
- 4.7. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, e também as normas da GOIASPREV;
- 4.8. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;
- 4.9. Juntar à nota fiscal as seguintes informações: número da conta corrente e número da agência, no Banco Caixa Econômica Federal, conforme estabelece a Lei nº 18.364/2014, da Secretaria de Estado da Casa Civil, Governo do Estado de Goiás, para depósito; ou, apresentar boleto bancário, com vencimento posterior a emissão da Nota de Empenho;
- 4.10. Responsabilizar-se por todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no fornecimento do produto, tais como: taxas, seguros, licenças, alvarás, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ou quaisquer outras formas devidas relativas e indispensáveis à perfeita execução do objeto;
- 4.11. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 4.12. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE referente ao produto adquirido pela Goiás Previdência;
- 4.13. Providenciar a troca do produto, sem ônus para o CONTRATANTE, caso verifique-se que o mesmo não atende as especificações estatuídas neste Termo de Referência;
- 4.14. Disponibilizar senha para acesso digital diário e ilimitado ao Portal do Jornal;
- 4.15. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 5.1. Exercer a fiscalização da execução do objeto através da Coordenação Administrativa na forma prevista pela Lei Federal 8.666/93;
- 5.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas durante a execução do objeto;
- 5.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 5.5. Informar a CONTRATADA o e-mail pelo qual será disponibilizada a senha de acesso ao Portal do Jornal.
- 5.6. Disponibilizar todas as informações necessárias para o correto fornecimento execução do objeto.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas desta contratação decorrerão de dotação orçamentária prevista no Orçamento da GOIASPREV, para exercício corrente e seguintes.

7. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 7.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
 - 7.1.1 No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 7.2 O acesso ao jornal na sua versão digital será através do fornecimento de Usuário e Senha a ser fornecida na data da Assinatura do Contrato.
- 7.3 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8. DO PAGAMENTO

- 8.1. A CONTRATADA deverá apresentar para pagamento, a Nota Fiscal/Fatura correspondente ao fornecimento do objeto ao gestor do contrato.
- 8.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo gestor do contrato;
- 8.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;
- 8.4. A CONTRATADA deverá informar na Nota Fiscal/Fatura seus dados bancários para a realização do respectivo pagamento, que deverá em atendimento ao disposto no art. 4º da Lei Estadual nº 18.364/2014 ser obrigatoriamente da Caixa Econômica Federal – CEF;
- 8.5. Para fins de pagamento da despesa, será observado as condições de regularidade fiscal da CONTRATADA;
- 8.6. O CNPJ constante na Nota Fiscal/Fatura, respectivamente, deverá ser o mesmo indicado na proposta, no Contrato e vinculado à conta-corrente.

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente Contrato decorrente deste instrumento terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais períodos, até o prazo máximo de 60 meses, conforme art. 57, inc. II, Lei 8.666/93.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, dentro de prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 10.2. Pela inexecução total ou parcial do ajuste poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:
 - I) advertência;
 - II) multa, na forma prevista no subitem ,deste Termo de Referência.
 - III) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada no inciso anterior.
- 10.3. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do ajuste, sujeitará a CONTRATADA, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade de infração, obedecidos os seguintes limites máximos:
 - I) 10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa da adjudicatária em retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data da sua convocação;
 - II) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;
 - III) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- 10.4. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, ou na ausência de débitos em aberto, abatido na próxima Nota Fiscal/Fatura apresentada para quitação, sendo possível também, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 10.5. Antes da aplicação de qualquer penalidade, será garantido à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório.
- 10.6. As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 10.7. Não será aplicada multa se, justificado e comprovado, o atraso na execução do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior.
- 10.8. A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração deverão ser graduados pelos seguintes prazo:
 - I) 6 (seis) meses, nos casos de:
 - a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;
 - b) alteração da quantidade ou qualidade do serviço prestado.
 - II) 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução do serviço e de suas parcelas.

III) 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

- a) entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- b) paralisação de serviço sem justa fundamentação e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;
- d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

10.9. Na ocorrência das situações previstas no subitem 7.8., III, deste Termo, será o CONTRATADO declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.

10.10. Qualquer penalidade aplicada a CONTRATADA deverá ser informada, imediatamente, à unidade gestora do serviço de registro cadastral.

11. DO GESTOR

11.1 A responsável por acompanhar, receber e atestar o fornecimento do objeto deste Termo de Referência será o titular da Coordenação de Comunicação da GOIASPREV, ou outro servidor devidamente designado, através de Portaria, elaborada pelo Presidente da GOIASPREV, no uso de suas atribuições.

11.2 O responsável por acompanhar, receber e atestar o fornecimento do objeto deste termo de referência é o titular da Coordenação de Comunicação da GOIASPREV, podendo ser contatado por meio do telefone: (62) 3201-7851;

11.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Marilda de Fátima Castro Pimentel

Gestora do Contrato

Gilvan Cândido da Silva

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **GIZELLE ANDRADE DE AGUIAR, Gerente**, em 13/11/2020, às 14:23, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MARILDA DE FATIMA CASTRO PIMENTEL, Gerente**, em 17/11/2020, às 17:09, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GILVAN CANDIDO DA SILVA, Presidente**, em 17/11/2020, às 18:18, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000016547990** e o código CRC **1AF42B58**.

COORDENAÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO E SUPRIMENTOS
AVENIDA PRIMEIRA RADIAL 586 - Bairro SETOR PEDRO LUDOVICO - CEP 74820-300 - GOIANIA - GO - 5º ANDAR (62)3201-7815



Referência: Processo nº 202011129005001



SEI 000016547990